



GT – “14”: “Mobilidade, migração e espaço urbano”

DESLOCAMENTOS, MOBILIDADES E TEMPORALIDADE DA ESPERA:

o território de Nova Viçosa, Viçosa (MG) entre 1970-2000¹

Dayana Debossan Coelho²
Universidade Federal de Viçosa
dayana.coelho@ufv.br

RESUMO: O objetivo geral do artigo consiste em compreender a espera dos pobres de Nova Viçosa, Viçosa (MG), pela habitação e por terras servidas. Discutimos o espaço viçosense em duas fracções de tempo, uma compreendida entre 1922 e 1977 marcada pela chegada dos imigrantes pobres da microrregião no município e outra entre 1978 e 2000, caracterizada pela migração desta população em direção à Nova Viçosa. Analisamos o território do bairro que acolheu tempos de espera, buscando apreender os jogos sociais e as identidades construídas. Por fim, confrontamos o significado do tempo de espera para os “homens lentos” de Nova Viçosa e para Antonio Chequer. Constatamos que o tempo hegemonizado dos moradores de Nova Viçosa se confrontou com o tempo rápido dominante de Antonio Chequer, enquanto aqueles tinham seus direitos capturados este personagem se apropriou de quase metade dos terrenos da cidade.

Palavras-chave: territórios da espera, Viçosa (MG), Nova Viçosa.

¹ Tal trabalho se insere na pesquisa “A hibridez como marca do urbano: geografia histórica das cidades, regiões e territórios da Zona da Mata Mineira (meados do século XVIII até começo do XX)”, coordenada por Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, com apoio da FAPEMIG - Processo APQ-02730-23 e do CNPQ, processo 315765/2021-6.

² Formada em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Adjunta do Departamento de Geografia da UFV e coordenadora do Laboratório Geografia Histórica, das Cidades e Territórios (GEHOCITE).

1. Introdução

Os fenômenos sociais de deslocamento, mobilidades e migrações serão analisados à luz das esperas que induzem pontuados de tempos, mais ou menos dilatados. A este respeito Vidal, Musset e Vidal (2011) colocam que tais fenômenos podem ter razões técnicas, administrativas ou políticas e encontram uma tradução espacial, ou seja, acontecem em territórios que acolhem as populações em condição de espera. Esta contem, portanto, em sua origem dimensões nitidamente espaciais.

Na variedade dos jogos econômicos e sociais que se desenha, a situação de espera tem sido analisada como indício das diferenças de poder. Dessa forma, vale questionar não apenas sobre o que faz esperar e quais são os sujeitos que esperam, como também “sobre quem não esperar e onde os que esperam o fazem e como” (Vidal L., Musset e Vidal, D. 2011, p. 17). A partir destas elucidações, o objetivo geral deste artigo consiste em compreender a espera dos pobres do bairro Nova Viçosa, localizado na cidade de Viçosa (MG), pela habitação e por terras servidas.

Nesse sentido, nossa investigação se inscreve em dois domínios de pesquisa, o das migrações e deslocamentos dos pobres da microrregião de Viçosa e a inscrição territorial de suas ações e identidades sociais. Pretendemos, assim, situar a análise dos deslocamentos na encruzilhada das perspectivas que mostra como a mobilidade espacial aciona diferentes níveis escalares. Estes abarcam as migrações à luz do processo de urbanização nacional, adentrando a cidade de Viçosa e, mais especificamente, o bairro Nova Viçosa, o qual nos convida a entender a articulação entre território e populações em espera. Importante ressaltar que as escalas não são estanques, elas se interpenetraram de forma dialógica. Consideramos, assim, que o processo migratório é transpassado pelo nó de horizontalidades (estruturas internas) e verticalidades (estruturas externas)³ e que os processos de natureza local e os de ordem vasta se articularam de maneira tensional e dialética.

³ Expressões tomadas de empréstimo de Santos (2012). As verticalidades nos dão o tempo externo, pois são avatares de uma racionalidade superior imposta pelos agentes hegemônicos da economia e da sociedade nos pontos do espaço separados uns dos outros. As horizontalidades nos fornecem o tempo interno a cada subespaço, uma vez que, são tanto os lugares dos desígnios ditados de fora, de longe e de cima, mas também o da subversão, produzida localmente.

Conjugado a este jogo de escalas e as múltiplas situações de espera, envolvendo espaço, tempo e sociedade acionamos as contribuições de Santos (2012, p. 159). Este advogava o tempo como “par” do espaço, a respeito da temporalidade o autor advertia que “[...] não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições”, sendo experienciado de maneira distinta pelos grupos sociais. Sob esse eixo de compreensão, neste artigo utilizaremos três definições do autor: tempo hegemônico (rápido), tempo não hegemônico (lento) e temporalidades diferentes (tempos rápidos dominantes ou hegemônicos e tempos mais lentos hegemonizados) para compreender a ação dos distintos sujeitos na cidade e em Nova Viçosa.

Neste primeiro momento, o leitor deve estar se perguntado por que a escolha deste bairro e não de outro. Tudo começou no momento em que ao me deslocar pela cidade avistei um ônibus, cujo destino era um local chamado *Nova Viçosa*. A partir deste fato, o bairro me despertou interesse e o elemento que chamou atenção remetia à sua toponímia. Se fosse uma questão de adjetivação por que não estudar outros bairros como o *Novo Silvestre* ou *Nova Era*? A resposta está em uma camada mais profunda e se relaciona com o fato de o adjetivo *Nova* classificar Viçosa, a cidade.

Neste veio de pesquisa, se integram investigações sobre o significado do adjetivo *nova*. Será que assinalava um novo período na história da cidade, marcado pelas influências da modernização, advindas com a federalização da universidade (1969)? O que era novo naquele momento? Por que esta Nova cidade encontrava-se isolada por uma montanha, “escondida” atrás dela? Teria sido fruto de ação intencional ou resultado apenas do sítio geográfico?

Para responder a tais questionamentos e ao objetivo geral foi necessário percorrer distintos caminhos metodológicos, que perpassaram por levantamentos no jornal *Folha de Viçosa*⁴ e no conjunto legislativo elaborado entre as décadas de 1970-1990. Nossa análise também foi subsidiada por entrevistas semiestruturadas⁵ com os moradores de Nova Viçosa, sua aplicação consistiu em: identificar o lugar de origem dos migrantes e os motivos que os

⁴ Tal jornal nasce em 1963, sendo seus fundadores o historiador, jornalista e professor Pélmo Simões de Carvalho, o Cônego Antônio Mendes e Silas Torres Duarte. A partir desta data, passa a ser um dos principais meios de propaganda da cidade e da região, já que circulava semanalmente em Ponte Nova, Raul Soares, Jequeri, Rio Casca, Ervália, Ubá, Teixeiras e Ucrânia.

⁵ O tamanho da amostra das entrevistas com os moradores do bairro se pautou no método descrito por Barbeta (2011). Tal método baseia-se no estabelecimento de um *erro amostral tolerável* (E_0), que no caso do estudo foi de 10% seguido de uma correção para o tamanho da população. A amostra do bairro foi de 92,6, para fins de aproximação foram aplicadas 93 entrevistas.

levou a se deslocar; investigar e compreender as condições socioeconômicas referentes ao bairro; apontar e apreender às condições infraestruturais encontradas nos primeiros anos e verificar os problemas vivenciados pelos habitantes.

A delimitação temporal da pesquisa se iniciou na década de 1970, momento no qual a cidade passa por transformações socioespaciais significativas em função da federalização da universidade, do desenvolvimento do mercado fundiário, da instalação de novas infraestruturas, e da mudança na demográfica a nível local e regional. Finalizamos nossas reflexões em 2000, quando o bairro se encontrava totalmente instalado.

As noções, hipóteses e metodologias - que estão no coração de nossa análise - conduziram a divisão do texto em três partes. Na primeira situamos o espaço viçosense em duas frações de tempo, uma compreendida entre 1922 e 1977 marcada pela chegada dos imigrantes pobres da microrregião em Viçosa e outra entre 1978 e 2000, caracterizada pela migração desta população em direção ao bairro Nova Viçosa. Na segunda parte, analisaremos o território do bairro que acolheu tempos de espera, buscando apreender os jogos sociais e as identidades construídas. Por fim, na terceira parte buscamos confrontar o significado do tempo de espera para os “homens lentos” de Nova Viçosa e para Antonio Chequer.

2. O primeiro tempo da espera (1922-1977)

O primeiro tempo da espera foi vivenciado pelos migrantes pobres ao se deslocarem da microrregião de Viçosa para o município. Este movimento ocorreu graças à criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária/ESAV (1922), a qual promoveu grande ruptura na sociedade local: tratava-se de uma instituição que, segundo seus idealizadores, conferiria centralidade à Viçosa. Desse modo, a chegada deste dispositivo associado aos já existentes de ensino primário e secundário como o Ginásio (1913) e a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo (1914) imprimiria uma nova aurora marcada pelos projetos republicanos. Tais instituições, sobretudo a ESAV, mimetizaram a população dos arrabaldes do município e atenderam a uma clientela limitada e selecionada, leia-se: filhos das elites letradas.

Cabe assinalar que na década de 1920 a maior parte dos mineiros vivia isoladamente no campo, somente 11% residiam em sedes de municípios, o restante morava na zona considerada rural (Wirth, 1982). Viçosa compartilhou desta realidade, grande parte dos indivíduos moravam

predominantemente (84%) nos distritos (Álbum Chorographico, 1927), já que neste momento o campo sustentava a economia. É neste contexto que a Escola atraiu operários e populações de diversas regiões que intencionavam se tornar futuros professores e alunato. Se a primeira etapa migratória, ocorreu com a fundação da ESAV, podemos dizer que a segunda aconteceu entre os anos de 1949 a 1970 por ocasião de diversos acontecimentos que blindaram à cidade: transformação da Escola em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais/UREMG (1949) e sua posterior federalização (1969); a construção da BR-120 (inserida no projeto de integração de Viçosa às principais capitais do país); ampliação e pavimentação da Avenida P. H. Rolfs (que desde então passa a ser o principal eixo de ligação da universidade com os bairros).

A construção da BR-120 e a ampliação e pavimentação da Av. P. H. Rolfs foram responsáveis por atrair o proletariado da região. Concatenado a este movimento, Ribeiro Filho (1997) afirma que as construções e ampliações do campus universitário e a criação de novos cursos, também se constituíram como um “ímã” induzindo a força de trabalho do entorno a migrar para a cidade e fomentando as atividades do setor de construção civil. Sendo assim, semelhante a outras escalas espaciais, grande parte das pessoas se deslocava em busca de uma proposta de emprego.

A federalização ampliou a procura por habitação no município: as classes com maior poder aquisitivo passaram a demandar espaços próximos à universidade, ao passo que o que restou para as classes populares, descapitalizadas, foram os locais mais afastados. Portanto, a (re) organização espacial da cidade em função da universidade promoveu um remanejamento do espaço em prol da otimização do ambiente urbano. Este aspecto foi referendado na análise de Alves (2007), que observou um deslocamento da população viçosense em direção à determinadas áreas que, a partir de então, foram mais valorizadas ou perderam valor.

Desta feita, a década de 1970 funcionou como um “divisor de águas” na cidade, marcando a mudança no desenvolvimento do mercado fundiário e na estrutura demográfica. El-Dine e Alves (2007) mostram que a ampliação da universidade levou a criação de vários loteamentos, cujo objetivo era abrigar as distintas camadas sociais. Neste momento as atividades da Construtora Chequer ganharam grande impulso, sobretudo na primeira gestão do prefeito, Antônio Chequer⁶ (1973-1976). Sua Construtora torna-se a principal responsável pela

⁶ Integrante de uma família de imigrantes libaneses sucedidos. A imigração dos libaneses em direção à Viçosa se fracionou em dois momentos, o primeiro iniciado no final do século XIX e outro no início do século XX. No primeiro momento eles saíram do Líbano e, em menor proporção, de El Miten e se direcionaram para o Brasil

demarcação e venda dos seguintes loteamentos e futuros bairros da cidade: Amoras, Betânia, Santo Antônio, Lourdes, Nova Viçosa, parte do Silvestre e Ramos. Anos mais tarde, a Construtora lança ainda os loteamentos Clélia Bernardes, Prefeito João Braz e Santa Clara (Folha de Viçosa, 1978).

Já no tange às transformações demográficas, Santos (2005) nos esclarece que entre os anos 1960-1970 as aglomerações como mais de 20 mil habitantes apresentaram um crescimento expressivo em sua população urbana em decorrência da ampliação da pobreza na zona rural. Viçosa, município da Zona da Mata Norte, estava inscrita neste contexto uma vez que se integrava ao grupo de cidades que apesar de apresentar menos de 20 mil habitantes teve um comportamento demográfico similar às demais cidades do Brasil e de Minas Gerais. Isto é, um aumento representativo de sua população urbana que entre 1960-1970 teve um acréscimo de 84,26%.

Em relação a este incremento populacional é importante ressaltar que ao chegar em Viçosa os imigrantes se depararam com uma medida coercitiva, a Lei Municipal nº 609 de 31 de dezembro de 1971, que dispunha sobre o Prolongamento de Favelas nas áreas centrais e proibía a construção de casebres no centro. Promulgada na gestão do prefeito Carlos Raymundo Torre (1971-1972), buscava solucionar algumas questões na cidade: a valorização dos terrenos na área central, a disputa pela terra urbana por diversos atores e os interesses em ampliar os lucros com a venda e aluguel de imóveis dos nascentes setores comercial e imobiliário. Tal dispositivo resguardava as áreas imobiliariamente promissoras da cidade, buscando separar os pobres em espera do resto da sociedade circundante, nesse sentido se constituiu numa “peneira” que os segregou nos espaços periféricos da cidade⁷.

À luz dos esclarecimentos de Laurent (2016), podemos dizer que o espaço citadino se tornou pela força das coisas um território de espera. Este é definido por dois aspectos claramente diferenciados: a imobilidade de um lado, a esperança de outro. A imobilidade é imperiosamente

(PANIAGO, 1990). O principal motivo para sua emigração foi a perseguição que os cristãos sofriam em virtude da crise religiosa e política do Líbano, fazendo com que fugissem do domínio muçulmano do Império Otomano. Após chegarem no Brasil, alguns dos imigrantes seguiram rumo a Viçosa, estabelecendo residência na sede e nos distritos de São Miguel do Anta, Coimbra, Teixeiras e Cajuri. O segundo deslocamento ocorreu quando descendentes de outras famílias libanesas vieram para a cidade, sobretudo nos anos de 1900. Os imigrantes libaneses atuaram como mascastes, oleiros, mecânicos, se dedicaram ao comércio de tecidos, armarinhos e, em menor caso, à agricultura. Podemos dizer, portanto, que os sucedidos tiveram a oportunidade de fazer fortuna ao atuar no comércio e na modernização agrícola.

⁷ Não sabemos se a “expulsão” dos pobres do centro da cidade foi pacífica ou violenta ou ocorreu qualquer tipo de enfretamento, pois a mesma não foi registrada nas fontes oficiais (jornais e demais documentos).

localizada, reporta o lugar onde se vivencia a espera, já a esperança se congela em volta de um lugar desejado, anunciado e encantado. De acordo com os autores “[...] este lugar distante invade o presente, fagocita-o em certa medida [...]. Mede-se, a partir daí, o quanto esses territórios da espera induzem ou constroem a possibilidade de ação: sonhados, geram a mobilidade; sofridos, impõem a imobilidade” (Vidal, L., Musset e Vidal, D. 2011, p. 3). Em síntese, os territórios da espera são espaços destinados voluntariamente ou involuntariamente “a pôr em espera populações deslocadas ou em deslocamento” (*op. cit.*, p. 5).

Nesta pesquisa constatamos que a imobilidade foi vivenciada nos espaços da cidade em que os imigrantes pobres⁸ foram instalados provisoriamente. Impedidos de construir casebres no centro urbano as alternativas encontradas foram: morar, de forma precária, em casas de aluguel ou de familiares (muitas localizadas em periferias) até que um bairro popular fosse criado. Desse modo, os locais habitados que acolheram transitoriamente as populações em deslocamento se transformaram, então, em territórios de espera e foram caracterizados por distintas temporalidades. A mobilidade, por sua vez, envolveu o tempo sonhado dos múltiplos projetos de vida, sendo o principal deles a conquista da casa própria.

Os territórios da espera envolveram temporalidades específicas. De um lado, o tempo coercitivo de um dispositivo jurídico (Lei 609) que se traduziu num tempo de parada e de pausa (de imobilidade) pelos que esperavam o acesso à moradia digna. De outro, o tempo sonhado (de mobilidade) representado pelo bairro aguardado pelos imigrantes. Esta espera estava permeada de esperanças, pois quando saíram da zona rural para se estabelecer na cidade as expectativas se vinculavam a livrar-se do aluguel; ao acesso à habitação; a melhorar a qualidade de vida, obtendo os serviços urbanos (saúde, educação, emprego etc.); e ao anseio de ser feliz.

Aqui cabe as sugestões de Vidal, L. Musset e Vidal, D. (2011) que nos aconselham a interrogar os vários conflitos temporais que tomam forma nos territórios da espera. A este respeito, constatamos que o tempo rápido da lucratividade ao confrontar com o tempo lento dos pobres impediu a instalação destes no centro da cidade, a despeito da existência de terrenos livres. É o lucro dos nascentes setores comercial e imobiliário, obtidos a partir da venda e aluguel de imóveis que constituirá um tempo da espera, à espera de onde morar. O resultado

⁸ Estes vieram sobretudo das áreas rurais das pequenas cidades localizadas na sua microrregião (Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Paula Cândido, Pedra do Anta, Porto Firme, Presidente Bernardes e Teixeiras) e, em menor parte, de Ponte Nova.

para os pobres foi à espera do resíduo, de uma oportunidade para habitar. Para estes grupos subalternizados pelo capital, o tempo de espera se tornou elástico e dilatado.

Em função desta espera, a construção de um bairro popular era um velho sonho das classes menos favorecidas, uma vez que, uma expressiva demanda de famílias com nível de renda baixo estava, até então, estacionada fora dos interesses do mercado. A valorização da área central da cidade conduziu os proprietários fundiários e promotores imobiliários a fomentar um mercado de terra para atender as camadas sociais ocupadas por migrantes e pobres urbanos. Sabendo que há muito tais grupos se debatiam com a falta de habitação e o custo elevado das residências na cidade, Antônio Chequer – prefeito da época (1973-1976) – prometeu a eles a possibilidade de conquistarem o sonho da casa própria.

No próximo bloco refletiremos o segundo tempo da espera dos imigrantes que abarca o nascimento de uma cidade dentro de uma cidade, ou seja, do bairro de *Nova Viçosa* (o Eldorado tão almejado pelos pobres). Analisaremos o tempo dos homens lentos (SANTOS, 2012) e sua força, bem como a captura dos direitos dos moradores e cidadãos pelo tempo rápido dos homens de negócios (empreendedores e incorporadores imobiliários, construtores civis etc.). Também demonstraremos de que maneira o bairro se constituiu num território da espera através das longas e árduas esperas de seus moradores até que, de fato, os serviços e equipamentos urbanos fossem instalados.

2.1 O segundo tempo da espera (1978-2000)

O bairro Nova Viçosa foi lançado na cena pública pela primeira vez em quatro de maio de 1978 por meio de uma matéria divulgada no jornal Folha de Viçosa. Nesta intitulada: “Grandes lançamentos para você, uma nova oportunidade”, a Construtora e Incorporadora Chequer assinala a sua responsabilidade quanto à demarcação e venda dos lotes. No seu interior há a comparação do bairro a uma nova cidade: “Finalmente, o bairro esperado pelo povo de Viçosa. *Uma nova cidade* está para ser construída, com o lançamento do Bairro Nova Viçosa” (Folha de Viçosa, 1978, s/p, grifos nossos). Quatro meses depois, o bairro é inaugurado oficialmente conforme divulgado no semanário: “Grande festa no ‘Nova Viçosa’ dia 17/09”. O conteúdo da notícia advertia que a Construtora Chequer comemoraria este dia – para ela

histórico – com uma “Grande festa”, já que considerava o empreendimento imobiliário o mais arrojado de toda a região.

Consideramos que a analogia entre o bairro e uma nova cidade constitui-se no primeiro apelo sentimental empregado pela imprensa para consolidar Antônio Chequer como herói e grande empreendedor. A ideia passada na primeira matéria era que a aquisição de um lote no bairro solucionaria os problemas das classes populares, que agora teriam uma opção, fazer parte do projeto de construção de uma nova cidade, de uma *Nova Viçosa*. Ela esconde, portanto, as dificuldades de acesso à terra urbana e os anos de luta para a conquista da casa própria.

No que tange a tais dificuldades dois aspectos merecem atenção: a forma de aquisição dos lotes pelos imigrantes e as condições infraestruturais do bairro. Nova Viçosa foi um empreendimento consubstanciado na propriedade do então prefeito de Viçosa Antônio Chequer, que se valeu de sua própria Construtora para promover a venda e doação dos lotes. A maioria deles foi comprada (74%), sendo os demais doados (16%), alugados (7%) e adquiridos de outras formas (3%) - herança e troca. Em relação aos primeiros constatamos que 40,6% pagaram à vista, 34,8% à prestação e 24,6% não souberam responder. Acreditamos que o pagamento à vista ocorreu devido aos baixos preços dos lotes (C\$ 3.500,00, C\$ 4.500,00 e C\$ 5.500,00). Logo, este fator foi o que mais impulsionou a mobilidade dos grupos sociais em direção ao bairro. Este aspecto é referendado na análise de Valladares (1980) quando coloca que a periferia simboliza uma solução orçamentária, uma vez que, é a possibilidade mais viável economicamente para as camadas de renda baixa.

Avaliamos nas entrevistas, a facilidade ou dificuldade dos migrantes, recém-chegados ao bairro, quanto ao pagamento dos terrenos: 45% dos entrevistados relataram ter tido dificuldades na compra do lote, 39% declarou não ter tido problemas financeiros para tal e 16% não souberam responder. Já os dados referentes às glebas doadas desmitificam o mito acalentado por muitos de que Antônio Chequer teria ofertado grande número de terrenos, além disso, a mídia impressa ocultou sua distribuição espacial, em geral, próximos a brejos e com pouca acessibilidade, ou seja, terras que possuíam valor imobiliário reduzido.

Ao analisar as causas das migrações, detectamos que os principais motivos arrolados foram o empobrecimento do campo, a falta de emprego, o problema de acesso à terra e, em

menor parte, os motivos pessoais⁹. A maior parte dos que imigraram para Nova Viçosa era oriunda da própria cidade de Viçosa (53%) e, em menor parte, das áreas rurais das pequenas cidades localizadas na sua microrregião (27%) e outras cidades¹⁰ (18%); 2% não souberam responder onde moravam antes de ir para o bairro. Dentre os bairros de origem dos migrantes destacaram-se Bom Jesus, Santa Clara e Santo Antônio. Ora tratavam-se de localidades majoritariamente periféricas (em termos de distanciamentos espaciais, sociais e simbólicos), o que reforça nossa hipótese de que parte dos imigrantes impedidos de se instalar no centro, em decorrência da Lei 609, vivenciaram um tempo não hegemônico (lento) nos espaços marginalizados dos benefícios da urbanização.

Se deslocar para Nova Viçosa significava deixar para trás uma cultura herdada (do campo) para se confrontar com outro gênero de vida (urbano). Os recém-chegados experienciaram um processo de mudança e de adaptação que lhes permitiu participarem como atores do seu novo quadro de vida e deste novo espaço periférico. Ao “desembarcar” no bairro, as expectativas e projeções imaginadas sobre tal espaço foram diferentes das que se depararam. Explica-se: eles esperavam encontrar, diante das promessas da casa própria idealizada por Chequer, um bairro com infraestrutura, entretanto o que existia era um local onde a paisagem rural era marcada, ainda, pela existência de cultivos da antiga Fazenda Coelhas – cujo parcelamento deu origem a Nova Viçosa. Não havia, portanto, infraestrutura legal capaz de absorver os novos moradores. Faltavam vias de acesso e as existentes não possuíam pavimentação, não estavam instalados os serviços de energia elétrica, água tratada e esgoto como fora acalentado pela Construtora Chequer.

Nesse sentido, o segundo tempo da espera corresponde à instalação dos imigrantes no bairro e a morosa chegada dos serviços e equipamentos urbanos. De acordo com Vidal, L., Musset e Vidal, D. (2011, p. 14) de forma errônea é concedida à espera a “função passiva que não corresponde à realidade das práticas sociais, pois os indivíduos em posição de espera e os grupos, tem múltiplas actividades que estão alinhadas ou não com a sua situação imediata”. Os imigrantes, a partir de suas experiências, encontraram meios de amenizar as adversidades vividas no novo espaço, que aos poucos foi tornando-se lugar de referência de sua história.

⁹ Dentre os motivos pessoais apareceram: busca por um lugar mais sossegado; casamento/viuvez; conflitos familiares; divórcio; possibilidade de ficar perto da família e amigos; sair da casa dos pais, solidão na roça; possibilidade de trabalhar em empreiteira.

¹⁰ Registramos as seguintes cidades: Belo Horizonte (MG), Guaraciaba (MG), Jequeri (MG), Ouro Preto (MG), Piúma (ES), Ponte Nova (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), São Geraldo (MG) e Varginha (MG).

Enquanto aguardavam, os pobres desenvolveram estratégias sociais de sobrevivência que fizeram face às precariedades, dentre elas destacamos: uso de lamparina, velas, lampião e ferro à brasa, enquanto o fornecimento de luz elétrica não existia no bairro; queima e enterramento do lixo, já que não contavam com o serviço de coleta; utilização de fossas sépticas ou o fundo das casas (sobretudo nas de pau-a-pique que não possuíam banheiro); recorrência às minas de água existentes em diversos lugares do próprio bairro e nas imediações; deslocamentos até o centro da cidade¹¹ a pé, a cavalo ou de bicicleta. Em função da inexistência de calçamento e da distância, os mercados da cidade não entregavam as compras no local, o que obrigava os moradores a carregá-las de bicicleta ou nos ombros.

Tais medidas conduziram ao partilhamento da espera num lugar, por pessoas que não se conheciam necessariamente, mas que de repente passaram a estar envolvidas com o bairro. Os imigrantes em situação de árdua espera se apropriaram do espaço e se territorializaram, prova disso foi a luta coletiva por seus direitos. Desse modo, o sofrimento gerado pela espera, em instalar os serviços básicos garantidos em lei, conduziu à construção de identidades que se traduziu na formação de lideranças e na criação da Associação dos Moradores (AM's) em 1982. Esta levou ao “enraizamento” da comunidade em Nova Viçosa, ao alcance de visibilidade sociopolítica perante às autoridades locais e à conquista de aparatos infraestruturais. Destarte, identificados com as demandas do bairro, os moradores se organizaram no afã pela moradia digna.

Semelhante às cidades de médio e grande porte, a instauração de serviços básicos e infraestruturais foi oriunda do movimento de articulação da AM's. Em Nova Viçosa não foi diferente, a Associação conquistou alguns equipamentos urbanos após inúmeras reuniões com a União Municipal das Associações de Moradores (UMAM) e as lideranças políticas. O primeiro deles foi a Escola Municipal Padre Francisco José da Silva instalada em 1985 e Centro Comunitário (anexo a Escola). Em 1988, dez anos após a criação do bairro, chegou a primeira linha de ônibus, mesmo assim a mesma não circulava em sua totalidade. Um ano depois foi inaugurado um telefone público e em 1990 foi fundada a União Escolar no bairro. Somente após vinte anos da fundação do bairro (1998) foi conquistado um Posto de Correio. Em 2000 ocorre a construção da primeira área de lazer, a praça Antônio Chequer – em homenagem ao

¹¹ A distância do bairro até cidade é de quatro quilômetros.

fundador do bairro. Por fim, a Unidade de Saúde da Família de Nova Viçosa e Posses (área rural integrada ao bairro) chegou em 2007.

Entendemos que a Associação possibilitou aos moradores o debate de ideias, projetos e demandas referentes ao bairro, constituindo-se como um verdadeiro espaço de reflexão política. Ao se apropriar da leitura e da escrita, os moradores de Nova Viçosa constituíram arquivos, fizeram atas de suas reuniões deixando registrado as suas ideias e pontos de vistas sobre o bairro. Ao encontrar nesse documento as principais lutas por melhores condições de vida e os testemunhos dos homens e mulheres sobre o bairro, tais atas contribuem para se pensar um dos importantes direitos espoliados de uma parcela significativa da cidade: o direito ao passado. Uma vez garantidos, podemos se dizer que não só tornaram audíveis as vozes não hegemônicas como trazem à tona as ações empreendidas por outros atores no bairro.

Diante destes dados é imprescindível compreender o território da espera de Nova Viçosa como um lugar de memória. Memória essa que pode desconstruir os mecanismos de poder que reproduziam e reproduzem as injustiças na sociedade local, a própria espera estirada por infraestruturas e, por conseguinte, por uma vida melhor podem revelar uma outra versão da história desse bairro diferente da propagada por Chequer. Ao buscarmos rememorar a vida dos moradores, procuramos evidenciar as experiências dos sujeitos históricos do bairro, conferindo maior visibilidade e auditabilidade às experiências sociais vivenciadas nesta periferia. E também, passo a passo, colaborar para a conquista dos direitos sociais de seus moradores, do seu direito à cidade.

Dizemos isso porque difundiu-se uma memória hegemônica, ocultando os reais interesses de Antônio Chequer com a terra urbana e omitiram-se os atores que também participaram da trama de Nova Viçosa – moradores, entidades religiosas (Conferência São Vicente de Paula, Centro Espírita Camilo Chaves e Igreja Conceição) e instituições de caridade (Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa e Ação Social Evangélica Viçosense). Acresce-se que a memória preservada pouco ou quase nada diz sobre os primeiros compradores dos lotes e que deram forma a este bairro com seus modos de morar, trabalhar, divertir-se ou festejar.

Por fim, concluímos que a história de Nova Viçosa revela a construção de um espaço à parte, fora da cidade, isolado por uma montanha. De tão naturalizado, parece não fazer parte da própria história urbana de Viçosa e de um jogo social que definiu projetos e práticas de segregação dos pobres. Consideramos que a produção deste espaço é, antes de tudo, uma forma

de resistência e uma estratégia de sobrevivência dos grupos sociais precariamente inseridos, e recém-expulsos do campo, ou seja, daqueles que lutam pelo direito à cidade.

3. O confronto de temporalidades diferentes: tempos rápidos dominantes ou hegemônicos versus tempos mais lentos hegemonzados

O tempo de espera dos pobres de Nova Viçosa garantiu a conquista de um lote em condições precárias. Esta conquista não foi somente material, mas também simbólica, pois os moradores passaram a ter consciência do papel deste bairro, sobretudo no período eleitoral. Predominantemente os territórios da espera são ocupados por homens lentos como já expressava Milton Santos, isto é, os pobres, os excluídos da velocidade ciclópica que o processo de globalização dita a todos. Dito isto, o tempo dos “homens lentos” de Nova Viçosa teve dois significados sociais.

O primeiro diz respeito à captura dos seus direitos enquanto moradores e cidadãos, traduzindo-se em longa e elástica espera por água, luz, telefone, escola etc. Esta espera não apenas significou expropriação do seu direito sobre a cidade, mas, sobretudo um dispositivo de controle social acionado permanentemente por Antônio Chequer para mediar os conflitos em torno da moradia na cidade. O outro significado social está associado à constituição de uma identidade, o que Milton Santos (2012) vai denominar como força dos homens lentos. A tomada de consciência dos moradores sobre seu poder no jogo político se traduziu na constituição da Associação de Moradores do bairro e de uma pauta política. Portanto, a AM's teve um papel importante na ampliação, acumulação de forças e experiências e nos avanços políticos em direção à democratização no acesso a bens e serviços urbanos – sem os quais a existência não é digna.

Tal tempo hegemonzado dos homens lentos se confrontou com o tempo rápido dominante dos homens do/no poder. Explica-se: enquanto os moradores e cidadãos de Nova Viçosa tinham seus direitos capturados, Antonio Chequer se apropriou de quase metade dos terrenos da cidade. Ou seja, as práticas espaciais empregadas por este personagem, à seletividade e marginalização espaciais, lhe garantiram a constituição de um mercado imobiliário rentável. Evidência disso foi que sua família se apropriou de quase metade dos terrenos da cidade, exercendo domínio na construção civil e na promoção imobiliária até 1980,

quando surgiram outras empresas no ramo. Participavam desta apropriação oligopolista do solo Elias Chequer & Cia Ltda., a Construtora e Incorporadora Chequer Ltda., a Construtora José Chequer & Cia Ltda., a Construtora Carvalho & Chequer e a Âncora Empreendimentos Imobiliários.

Além do “brilhantismo” empresarial, o tempo hegemônico de Chequer reverberou em inúmeras premiações. Ao longo de sua carreira auferiu quatro títulos honoríficos (Título de Figura Marcante de 1977, pela Casa da Amizade, Título do Labor Clube de Viçosa, Título de Sócio Honorário do Diretor Central dos Estudantes da UFV e o Título da Escola Agrícola Arthur Bernardes “Amigo da EAAB”) e quatro diplomas (Diploma de Figura Marcante pelo jornal Cidade de Viçosa, Diploma do SENAC, por participação em atividades, Diploma da Secretaria do Interior, pela participação do Encontro que debatia problemas dos municípios, Diploma de Reconhecimento da ACAR – Hoje EMATER). Reforçando a imagem de um homem simples, um homem do povo e para o povo ele recebe também duas condecorações: o Certificado de Reconhecimento como Homem Público em 1976 e o de Empresário Destaque de 1978 (FOLHA DE VIÇOSA, 1978).

Foi também (co) diretor e presidente de diversas entidades, tais como: Diretor Esportivo do Colégio Raul de Leoni, Diretor Social do Viçosa Atlético Clube, Presidente da Junta Militar de Viçosa, Diretor do Tiro de Guerra 04, 162, Fundador da Construtora Chequer, Fundador do Loteamento Nova Viçosa Ltda; Co-Diretor das Indústrias Reunidas Chequer e Filhos Ltda, Diretor da HidroMinas e Presidente da Loteria Mineira (FOLHA DE VIÇOSA, 1978). Seus feitos políticos (construção do Hospital São João Batista, do Cemitério Dom Viçoso, do Terminal Rodoviário da cidade, a criação da Fundação Assistencial Viçosense) também contribuíram para aumentar sua popularidade.

No entanto, a exaltação positiva em torno de Chequer teve alguns desdobramentos. O primeiro vincula-se à ampliação dos lucros obtidos por sua Construtora, mas que foram omitidos pela imprensa local; o segundo associa-se ao aumento de sua popularidade e, consequentemente, da confiança dos futuros moradores de Nova Viçosa. Portanto, a associação de glória do personagem Chequer é oriunda do nascimento deste bairro e da criação de alguns outros na cidade. Há que se destacar que a conquista de seus futuros seguidores (leia-se: eleitores e aliados políticos) ocorreu graças ao poder simbólico exercido por este ator.

Mesmo após seu falecimento, as lideranças locais continuaram tentando perpetuar sua história na memória dos viçosenses. Evidência mais recente disso ocorreu em 2009, quando a

Prefeitura em parceria com a Câmara instalou uma placa em homenagem aos 120 anos da imigração libanesa em Viçosa, na qual consta o nome da família Chequer. É mais uma estratégia que busca consagrar Chequer e outros imigrantes libaneses como verdadeiros heróis na cidade.

Em 2012, o filho de Antônio Chequer, Ângelo Chequer (que já havia sido vereador em três mandatos), é eleito vice-prefeito e em 2014, após o falecimento do prefeito Celito Francisco Sari, assumiu como prefeito, dando continuidade à trajetória política da família. É mister dizer que os membros da família Chequer possuíam alta capacidade de perpetuação no poder, constituindo-se num bloco monolítico que exercia relações de dominação social e econômica na cidade.

4. Considerações finais

Os problemas urbanos se intensificaram em Viçosa na década de 1970. Semelhante a outros municípios, a cidade enfrentou um crescimento urbano e demográfico associado à aceleração das migrações campo-cidade. Notamos no deslocamento espacial que o primeiro tempo da espera (1922-1977) vivenciado pelos imigrantes foi marcado por uma oportunidade de morar, uma vez que com a Lei 609 se ergue um dos primeiros acordos da elite local: era necessário resguardar os locais mais bem equipados para uso preferencial das novas classes médias, que passaram a demandar habitação mais próxima à Universidade. É importante assinalar que até 1960 o contexto do município era predominantemente rural. Já no segundo tempo da espera (1978-2000) peculiarizado pela migração da população em direção à Nova Viçosa e pela morosa chegada dos equipamentos urbanos, a realidade era outra, pois grande parte do território municipal havia se transformado em área urbana. Isto é, a urbanização iniciada nos anos 1970 estava consolidada.

Detectamos que a localização econômica e social dos sujeitos na estrutura de classes da sociedade influenciou as situações de espera. Os que estavam em posição não-hegemônica (subalterna) em relação aos interesses do mercado, os imigrantes pobres, tiveram sua espera pela habitação na cidade eternizada. Em contrapartida, os grupos hegemônicos – políticos e promotores imobiliários – na defesa de seus interesses angariaram lucros vertiginosos num tempo célere. Neste último caso, destacamos o papel de Antônio Chequer, e os demais “Chequers”, que por meio de seu “apetite territorial” incorporou novas áreas à malha urbana,

sendo a afirmação de seu poder antes de tudo a consolidação do âmbito espacial de seu exercício. Tal poder, validado pelas lideranças locais e reconhecido pela sociedade viçosense em diversos momentos, foi legitimado através de homenagens, títulos e prêmios.

Ao analisarmos a influência dos ideais de modernidade que circulavam em escala nacional, compreendemos de que maneira eles impregnaram os projetos de modernização realizados na cidade. Um dos aspectos sobre tais ideais é o caráter de ruptura: a criação de Nova Viçosa nasce de um desejo de se romper com a “velha” Viçosa portadora de déficits habitacionais e inserção precária. O segundo é a imposição do novo e a pretensão de alcançar a totalidade: a construção de *Nova Viçosa* passou a impor, no plano discursivo, uma imagem de *nova cidade*, de uma “nova era” vinculada ao acesso à habitação de caráter popular e à igualdade no acesso a bens e serviços urbanos.

Consideramos também que o nome atribuído ao bairro assinala uma lógica de compensação criada pelas elites locais para descartar os pobres ao acesso a “velha” Viçosa, a qual só teria usufruto às novas classes médias (funcionários, servidores e professores da universidade). Portanto, a criação desta “nova” Viçosa, tão esperada pelos pobres, vai evitar a mudança e a desagregação social e ocultar os problemas de acesso a “velha” Viçosa.

Como vimos Chequer prometeu aos pobres migrantes de Viçosa e da sua microrregião a possibilidade de conquistar o sonho da casa própria. Sua Construtora assinalava nos anúncios do jornal Folha de Viçosa que era a única empresa que entregava lotes com luz, água, calçamento e esgoto. A partir da criação do bairro Chequer se notabilizou por “desbravar” uma nova terra, uma *Nova Viçosa*. Contudo, a glorificação em torno dele omite o fato de os migrantes terem sido atraídos pela falácia das propagandas e a luta dos moradores durante vinte anos por, entre outros aspectos, conquistarem um espaço de lazer no bairro.

Desse modo, a invisibilidade dos sujeitos sociais, o silêncio histórico sobre como transcorria o cotidiano dos moradores e a desvalorização de suas histórias, fundiram a história do bairro, na própria trajetória de Chequer. Esse processo, como sabemos acaba por reafirmar uma só memória no bairro: a sua. A esse respeito à imprensa teve um importante papel, pois estrategicamente deixou de lado os problemas enfrentados pelos moradores desde a instalação do bairro até seu estabelecimento definitivo, ressaltando apenas a figura de Chequer como benfeitor. Destarte, a memória dos pobres foi silenciada, descartada, desqualificada e, por conseguinte cada vez mais marginalizada.

6. Referências

Fontes primárias

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Jornal Integração. Jornais Avulsos Rolo 128. **“Folha” de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais, 1978. 35 mm. Microfilme.

BRASIL, MINAS GERAIS, VIÇOSA. Lei n. 609, de 30 de dezembro de 1971. Dispõe sobre “Prolongamento de Favelas”, **Legislação Municipal**. Câmara Municipal de Viçosa, 1971.

BRASIL, MINAS GERAIS, VIÇOSA. **Fichas de cadastro dos lotes doados**. Escritório do Loteamento Nova Viçosa Ltda, 1989-2012.

Fontes secundárias

ALVES, Natália Carolina. **“Um belo loteamento para os pobres”: a construção do bairro Nova Viçosa e o imaginário da periferia, 1969-1988**. 2007, 70p. Monografia em História (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2007.

BARBETA, Pedro Alberto. Técnicas de amostragem. In: **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 7 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011, p. 41-61.

EL-DINE, Lorena Ribeiro Zem El-Dine; ALVES, Natália Carolina. A Voz dos Esquecidos: Memória Oral sobre o surgimento da periferia de Viçosa durante o século XX. In: Encontro Regional Sudeste de História Oral, 7, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2007, cd-rom.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa: retratos de uma cidade**. São Paulo: Editora Scortecci, 2001.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG**. 1997. 205p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. A evolução recente da população urbana, agrícola e rural. In: **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo, 2005, p. 31-36.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa**: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

VIDAL, Laurent; MUSSET, Alain; VIDAL, Dominique. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). **Confins**, São Paulo, n. 13, 2011, p. 1-26. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7274>. Acesso em: 02 set. 2020.

VIDAL, Laurent. A gênese dos pousos no Brasil moderno Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 40, 2016, p. 402-421. Disponível em: <https://doi.org/10.20509/TEM-1980-542X2016v224008>. Acesso em: 15 jan. 2024.

WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.